TL 295-7

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Intervenção do Deputado António de Sousa Lara

Sessão de Abertura

- Magnifíco Reitor da Universidade do Porto;
- Exmo. Senhor Professor Barbedo de Magalhães, coordenador destas Jornadas;
- Exmos. Senhores representantes da UDT, Fretilin, RTP, TSF, Expresso, interventores nesta sessão de abertura;
- Dignas autoridades, minhas senhoras e meus senhores:

Como Presidente da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste da Assembleia da República, cabe-me a subida honra de usar da palavra nesta sessão de abertura. E é nessa qualidade e em nome, também, de todos os meus colegas parlamentares que quero expressar a nossa felicitação aos organizadores destas II Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Aliás o nosso cumprimento mais expressivo resulta directamente da presença de parlamentares de todos os quadrantes políticos nesta inciativa que se quer construtiva, no confronto empenhado de ideias semelhantes e diferentes.

O ambiente universitário é, sem dúvida, o mais adequado forum para que tal aconteça com êxito. Aqui não se concebe o purgatório de ideias, não se admitem barreiras ao pensamento livre, não tem que haver preconceitos.

Como universitário que quiz ser - e é uma carreira que se assume como um sacerdócio - tenho honra especial hoje, permitam-me o desabafo, de ser, também professor. A Universidade Portuguesa está e recusa-se a ser só uma "fábrica de bachareis". Ainda bem que assim é.

Peço-lhes, Magnifício Reitor e autoridades académicas que aceitem o nosso sincero obrigado.

****

A Assembleia da República tem sabido aproveitar todas as ocasiões, mórmente as de impacto externo, para denunciar a situação em que Timor se encontra, para condenar a atitude da Indonésia e para pedir a in-

tervenção de outros agentes políticos relevantes, na criação de condições favoráveis à alteração do actual quadro genocídio e de opressão intoleráveis, a qualquer título.

Assim se fez, mais uma vez, pela voz dos representantes de todas as bancadas, nas cerimónias do 16º aniversário da revolução do 25 de Abril. Assim se tem feito sempre que um representante político estrangeiro visita o nosso Parlamento.

As nossas delegações parlamentares no estrangeiro têm sabido, também com insistência permanente, ser portadoras qualificadas dos pontos de vista, que têm sido os nossos, relativos à situação de Timôr-Leste. É triste verificar ser o desconhecimento das situações reais, tão poderoso aliado daqueles que da forma mais vil, espezinham todos os dias, a dignidade de muitos milhares de pessoas, iguais a nós, cujo "crime" cometido foi o de terem nascido num povo que quer continuar a existir, igual a si próprio, e igual aos demais.

A Comissão Eventual a que presido, creiam-me, vai fazendo o que pode e como pode. Nascida para acompanhar a situação daquele território sob administração portuguesa, cabendo por imperativo constitucional, a competência para executar actos relativos a tal território, a outros órgãos de soberania, a Comissão Eventual está espartilhada entre a letra da Lei suprema, a vontade de ir mais além e a certeza de que o tempo não pára. E se não jogar, de facto, contra Timôr, jogará certamente contra muitos dos timorenses.

Instância de mais fácil acesso de que outras, é natural que nos batam à porta as situações que o desespero já não deixa esperar mais. E ainda que a competência formal para minorar certos males não nos caiba, nem por isso deixamos de acolher quem nos pede ajuda, encaminhando os seus processos e apoiando as suas queixas justas.

Cumprindo com o seu programa, que, em boa verdade, ultrapassa uma concepção estrita do acompanhamento da situação que o nome oficial da comissão indica, está a comissão a desenvolver vários projectos concomitantes, visando contrariar a barreira do silêncio, mostrando ao Mundo que os timorenses são um povo diferente, que a sua cultura é original, que a sua língua se não confunde, que a sua identidade não se

sufocará nunca. E mostrar, mais ainda, as imagens e os números concretos do genocídio, físico e espiritual, que a ditadura indonésia insiste em levar a cabo perante o silêncio mortal, ignorante pela parte de tantos e conivente pela parte de alguns.

Editaremos livros de índole histórica, antropológica e política, promoveremos a realização de filmes documentários, traduzi-los-emos em línguas estrangeiras para que espalhados pelos continentes, possam cumprir a sua missão, que todos consideramos de verdadeira prioridade nacional.

****

Magnifíco Reitor, dignas autoridades, senhoras e senhores:

Não quero alongar-me mais. Desde já nos parece que há que dar eco, e não só a nível nacional, às propostas e posições que daqui resultarem, certos de que os interesses do martirizado povo irmão de Timôr nos nortearão em debate franco e aberto, e que o adversário tem um rosto e um projecto claros.

O consenso nacional que em torno destas questões se tem construído não é um fim, é um meio. É um valor que queremos preservar nesse entendimento.

Mas o momento é de debate.

Ajudemo-nos, portanto, mutuamente.

Lisboa, 28 de Abril de 1990